



REQUERIMENTO N° DE 2014
(Do Sr. Hugo Motta)

Requer a realização do V SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS, com o tema: Fundo de Participação dos Municípios: A realidade da repartição das receitas tributárias.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a **realização do V SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS, com o tema: Fundo de Participação dos Municípios: A realidade da repartição das receitas tributárias.**

JUSTIFICATIVA

Todo o ano prefeitos de todo o Brasil marcham em Brasília pedindo aumento no Fundo de Participação dos Municípios e um percentual maior também no Imposto sobre Serviços (ISS). Enfim, todos os anos os prefeitos vêm de pires na mão a Brasília mendigar recursos para seus municípios que são no fundo, onde o povo nasce, cresce e morre. Ninguém nasce no Estado, no país, todo mundo nasce num município onde vive ou viverá sua vida, a não ser que se mude para outro município. É ali também a origem de toda a riqueza da Nação.

No entanto, a perversidade na repartição das receitas tributárias penaliza os demasiadamente os municípios brasileiros, notadamente os pequenos e aqueles situados em regiões menos favorecidas como o Nordeste e o Norte do País. A situação financeira dos municípios é tão crítica que chega a colocar prefeitos em risco de serem presos, por não poderem cumprir com suas obrigações.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, nos últimos anos, a crise nas prefeituras têm se agravado porque os municípios têm sido obrigados a arcar com novas despesas sem que seja ampliado o repasse de recursos. Ele entende que, para cumprirem com as obrigações sociais, os prefeitos têm gastado mais, descumprido a lei e arriscando-se a serem presos.

“Somadas as desonerações do IPI e do Imposto de Renda, por exemplo, impactaram o FPM em R\$ 77 bilhões entre 2008 e 2012, valor que corresponde a nada menos que 26,4% de todo o fundo distribuído nesses cinco anos. Ou seja, apenas nesse período, foi retirado do fundo o equivalente a um ano do FPM em desonerações”, criticou Ziulkoski.



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

De acordo com a CNM, em 1980, os municípios empregavam, por exemplo, 42,6% dos profissionais da área de saúde, enquanto a União e os estados empregavam 16,2% e 41,2%, respectivamente. Este ano, 75,7% são contratados pelos municípios, 4,4% pela União e 19,9% pelos estados.

De acordo ainda com a CNM, a situação financeira obriga os municípios a, muitas vezes, a descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao gastarem mais que o permitido para poder dar conta de programas sociais. “O prefeito tem que escolher: ir para cadeia, virar ficha suja ou manter estes programas.

Ademais, a CFFC, no seu papel de fiscalizadora dos recursos públicos não poderia se eximir neste contexto. Afinal é o dinheiro do contribuinte que faz o FPM.

Dai porque a importância do V Seminário de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, como mais um fórum para se debater a situação dos municípios brasileiros.

Sala das sessões, 27 de maio de 2014.

**Deputado HUGO MOTTA
PMDB-PB**